

IRLANDA

REPÚBLICA DA IRLANDA

| | |
|--|--|
| Chefe de Estado: | Michael D. Higgins (substituiu Mary McAleese em novembro) |
| Chefe de Governo: | Enda Kenny (substituiu Brian Cowen em março) |
| Penal de morte: | abolicionista para todos os crimes |
| População: | 4,5 milhões |
| Esperança média de vida: | 80,6 anos |
| Taxa de mortalidade – menores de 5 anos: | 4,2 por 1000 |

O Comit  da ONU contra a Tortura criticou a falta de processos penais nos casos de alegado abuso de menores em institui es religiosas. A presta o de serviços de saúde mental continuou a ser desadequada. As condi es nas prisões ficavam muito aquém dos padrões exigidos.

Desenvolvimentos legais, constitucionais ou institucionais

O Programa do Governo para 2011, anunciado em março, prometia considerar uma reforma constitucional abrangente, incluindo nas áreas do casamento entre pessoas do mesmo sexo, igualdade das mulheres e remo o do crime de blasfêmia da Constitui o.

Em setembro, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa publicou o relatório da sua visita   Irlanda em junho, o qual levantava preocupa es relativamente ao possível efeito prejudicial das medidas orçamentais propostas sobre a prote o dos direitos humanos, principalmente no que dizia respeito a grupos vulneráveis. Em setembro, o governo anunciou a inten o de fundir a Comissão Irlandesa dos Direitos Humanos e a Autoridade para a Igualdade numa nova Comissão dos Direitos Humanos e Igualdade.

Direitos das crianças

Em junho, o Comit  da ONU contra a Tortura manifestou preocupa o por poucos casos de abuso de menores em institui es religiosas terem chegado a tribunal, apesar das muitas provas de abusos incluídas no Relatório da Comissão de Inquérito ao Abuso de Menores de 2009 (Relatório Ryan).

Em julho foi publicado o relatório da Comissão de Investiga o, Arquidiocese de Dublin, Diocese Católica de Cloyne (Relatório Cloyne). Entre outras coisas, o Relatório concluiu que dois terços das queixas de violência sexual contra crianças por parte de membros do clero naquela diocese apresentadas   Igreja Católica entre 1996 e 2009 não tinham sido comunicadas   polícia irlandesa, An Garda S och na, conforme requerido pelas diretivas aprovadas em 1996 pela Igreja. Subsequentemente, o governo renovou os compromissos relacionados com a obrigatoriedade de denunciar as suspeitas de abuso de menores.

Comércio de armas

Após um atraso significativo, foi publicado em setembro o primeiro relatório anual ao abrigo da Lei de Controlo de Exportações de Armas de 2008 sobre a exportação e venda de material militar e de duplo uso, abrangendo o período de 2008 a 2010. Contudo, havia falhas nas informações nele incluídas; por exemplo, não estava incluída a finalidade dos produtos.

Condições nas prisões

Tanto o Comité da ONU contra a Tortura como o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura manifestaram a sua preocupação relativamente às condições nas prisões, principalmente no que dizia respeito à sobrelotação, falta de saneamento nas celas, cuidados de saúde e violência entre reclusos em algumas prisões.

O Comité contra a Tortura referiu ainda a inexistência de investigações independentes e eficazes às alegações de maus-tratos por parte dos funcionários prisionais.

Direito à saúde

Reconhecendo os atrasos no acesso aos cuidados de saúde, bem como os problemas de acessibilidade relacionados com os cuidados de saúde, o governo comprometeu-se a introduzir um sistema universal de cuidados de saúde.

Em fevereiro, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura registou o lento avanço dos progressos na reforma da saúde mental, e sublinhou ainda as preocupações relacionadas com a Lei de Saúde Mental de 2001, incluindo a falta de proteção dos chamados "doentes voluntários" e os artigos relacionados com o uso de terapia electroconvulsiva.

Refugiados e requerentes de asilo

Continuaram a existir atrasos significativos na apreciação de pedidos de asilo ou proteção. A legislação destinada a criar um processo único de avaliação de pedidos, há muito prometida, ainda não tinha sido aprovada.

Violência contra mulheres e raparigas

O Comité contra a Tortura recomendou a abertura de uma investigação independente a todas as alegações de tortura e outras formas de maus-tratos de mulheres e raparigas colocadas nos "Asilos de Madalenas" geridos pela Igreja entre 1922 e 1996. Em junho, o governo criou um comité interdepartamental para "clarificar qualquer interação governamental com os Asilos de Madalenas". Contudo, esta medida era, por si só, insuficiente para cumprir a recomendação do Comité contra a Tortura.

O Plano Nacional de Ação da Irlanda para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre as Mulheres, Paz e Segurança foi lançado em novembro.

Forças policiais e de segurança

O Tribunal de Smithwick começou em junho a examinar as alegações de cumplicidade de membros da An Garda Síochána ou outros agentes estatais na morte de dois agentes da Polícia Real do Ulster pelo Exército Republicano Irlandês Provisório em 1989, na Irlanda do Norte.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Ireland: Briefing to the UN Committee against Torture (EUR 29/001/2011)

📄 Ireland: Protecting human rights on the ground – Amnesty International submission to the UN Universal Periodic Review, October 2011 (EUR 29/003/2011)